

28 / 08 / 23  
Popula 13:05  
S.

**À Prefeitura Municipal de NAVEGANTES/SC**

Departamento de Compras e Licitações

ILUSTRÍSSIMA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC

Assunto:

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº131/2023 PMN**

A empresa **TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ nº 07.304.046/0001-43, estabelecida na ROD BR 470, 5400, KM 06, Machados, na cidade de Navegantes/SC, neste ato representada pelo (a) Sr.(a) Edjane Mara Domingos Corrêa, portador (a) da Carteira de Identidade nº 2.685.255-0, e do CPF nº 816.640959-34, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, tempestivamente, por meio de seu representante legal, interpor **IMPUGNAÇÃO** ao referido processo, pelos fundamentos expostos a seguir.

Requer-se, desde já, o recebimento do presente recurso administrativo, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência.

## **1. DA TEMPESTIVIDADE**

1.1 O recurso administrativo no pregão é tratado no próprio Edital, em seu item 8.1:

(...)

8.1 Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão (Decreto n. 3555/2000);

1.2 De pronto, urge registrar a tempestividade do presente recurso administrativo, mormente porque apresentado dentro do prazo legal.

## **2. DOS FATOS**

2.1 Considerando o interesse em participar da licitação em epígrafe, notamos que o Edital contém vícios de ilegalidade, especialmente decorrentes da FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO da licitação e VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE na referida contratação.

2.2 De um modo geral, verifica-se a exigência de produtos incomuns no mercado, sem qualquer embasamento de ordem técnica, o que acaba por restringir indevidamente a competição na licitação sem justificativa plausível. Consequentemente, com um número ínfimo de participantes, senão apenas um único fornecedor, a contratação se dará por valor muito mais alto do que poderia ocorrer num cenário normal de competitividade.

2.3 Ainda, nota-se discrepância entre a quantidade estimada para contratação e a quantidade efetiva de alunos, professores e demais profissionais que seriam agraciados com os referidos itens licitados.

2.4 Por fim, também impede a ampla participação no certame, o prazo estipulado para entrega dos laudos acompanhados das amostras, haja vista o prazo dilatado que os laboratórios que executam tais análises solicitam para entrega dos mesmos.

2.5 Eis as razões da presente impugnação ao Edital, qual seja, levar ao conhecimento do pregoeiro e da Autoridade Superior da Administração estes fatos que restringem a competitividade do certame.

## **3. RAZÕES DE PROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO**

3.1 Senhores, convém ressaltar, inicialmente, a ilegalidade decorrente da inclusão de especificação técnica, bastante inusitada e incomum, em relação à composição da malha a ser utilizada na fabricação dos itens:

- a) Blusões de Moletom , qual seja “moletom felpado 60% Poliéster, 29% Algodão, 11% Viscose”;
- b) Jaqueta Tactel, qual seja “tecido Rip Stop maquinado, composição 88% Poliéster, 12% Poliamida”.

3.2 Importante salientar que tais exigências trazem **prejuízo à competição**, por ser um produto incomum no mercado, e acarreta em **violação do art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993 e do Art. 3º, II, da Lei nº 10.520/2002**.

3.3 Além do ponto acima destacado, outro ponto que causa no mínimo estranheza é a quantidade discrepante dos itens solicitados quando comparados ao efetivo de alunos, professores e demais profissionais elegíveis para recebimento dos uniformes e demais itens.

3.4 Tal discrepância eleva (e muito) o valor estimado total do processo, o que, concomitantemente à solicitação de comprovação de capital social mínimo de 10%, acaba por reduzir os eventuais participantes do processo, o que por fim também tende a elevar os preços praticados.

3.5 Em rápida consulta ao portal da transparência do município, pode-se notar que existem menos de 2.800 servidores públicos da educação na ativa. Já no edital é solicitado 8.000 camisas Pólo apenas para professores, mesmo entregando 2 por servidor, ainda assim a quantidade não parece correta.

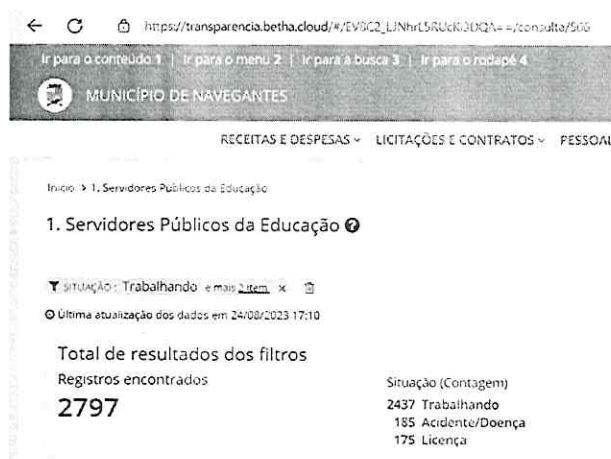


Figura 1

3.6 A incongruência não termina neste exemplo acima, há por exemplo a solicitação de 30 mil jaquetas e mais 20 mil blusas de moletom, sendo que o item 15 (Jaqueta de tadel) não especifica para quem seria distribuído.

3.7 Outro ponto que inibe a ampliação da participação de licitantes e consequentemente de uma disputa mais benéfica ao município, é a exigência de entrega de amostras e laudos com prazo de apenas 12 dias úteis após o final do certame, ora, haja vista que o Instituto SENAI, instituição de



notório saber neste contexto, postula um período mínimo de 12 dias úteis para a realização das análises solicitadas, torna-se impossível preparar as amostras de matérias primas, enviá-las e posteriormente entrega-las ao município dentro desse mesmo prazo, a não ser que haja já alguma empresa com acesso às exigências do edital de antemão.

3.8 Ainda mais, a exigência de validade de apenas 6 meses para os referidos laudos acaba por onerar desnecessariamente os postulantes ao certame, tendo em vista que, matérias primas de uso regular e tradicionais no ramo de uniformes escolares pouco mudam, bastando controles anuais para acompanhamento de seus padrões.

3.9 Neste contexto, prevendo a legislação, e o próprio Edital, a possibilidade de requerimento administrativo para esclarecimentos, providências ou impugnações do ato convocatório, não pode a Administração se escusar de responder motivadamente aos termos do pedido, quando houver questionamento pertinente e relevante.

3.10 Ora, se, de um lado, é garantido ao participante de licitação exercer o direito de petição consolidado no art. 5º, XXXIV da Constituição Federal, através da apresentação de questionamentos sobre o Edital; por certo que, a contrapartida esperada é, no mínimo, seja promovida a sua análise e respondidos, adequadamente, os requerimentos elaborados, sob pena de ferir um dos princípios constitucionais básicos.

3.11 A obrigatoriedade na resposta pela Administração está anotada, também, na jurisprudência, consoante ilustra o seguinte precedente, dentre inúmeros outros:

*"LICITAÇÃO — EDITAL — PEDIDO DE ESCLARECIMENTO — PREVISÃO NO ATO CONVOCATÓRIO — IMPOSSIBILIDADE DE OMISSÃO DA AUTORIDADE — MANDADO DE SEGURANÇA — LIMINAR CONCEDIDA — RECURSO DE AGRAVO — DESPROVIMENTO — "Administrativo. Licitação. Edital. Previsão de pedido de esclarecimento e impugnação. Obrigação de resposta precisa e motivada. Indícios de ofensa aos princípios da legalidade, igualdade e competitividade. Suspensão da licitação. 1. Prevendo o edital a possibilidade de requerimento administrativo para esclarecimentos, providências ou impugnações do ato convocatório, não pode a Administração Pública se escusar de responder estrita e motivadamente aos termos do pedido, quando houver questionamento pertinente e relevante. 2. Havendo dúvidas sobre a legalidade, igualdade e competitividade na licitação, o interesse público recomenda a suspensão*

*do procedimento licitatório, para melhor instrução e análise judiciais, em especial pelo expressivo montante da futura contratação. 4. Agravo desprovido." (TRF 1ª R. — AI 2004.01.00.029867-5/MT — T. — Rel. Juiz Carlos Augusto Pires Brandão — DJU 24.10.2005 — p. 79)*

3.12 Questiona se a motivação da Administração na escolha de um produto tão específico no mercado de uniformes escolares, e o porquê, da não utilização do padrão utilizado no mercado, como por exemplo o adotado por esse órgão Público em anos anteriores.

3.13 A exigência na forma e prazo que se apresenta só será cumprida por empresa que possuía essa informação antes mesmo da publicação do Edital de Pregão, e já mandou confeccionar a malha na cor exigida pela Edital, previamente, ou seja, a empresa certamente teve acesso a informações privilegiada não disponível ao demais licitantes.

#### **4. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO IMEDIATA DO TRÂMITE DA LICITAÇÃO**

4.1 No caso em apreço, diante de todo o exposto nos tópicos anterior, verifica-se a presença dos requisitos para determinação da suspensão do processo licitatório, LIMINARMENTE, na etapa em que se encontrar até a análise dos fatos aqui alegados.

4.2 A restrição do caráter competitivo da licitação decorrente da exigência de especificações técnicas desarrazoadas, que conduzem à aquisição de produto incomum no mercado sem que haja qualquer justificativa técnica no processo administrativo para as inusitadas escolhas da Administração, a quantidade superestimada dos produtos no processo em andamento concessa máxima venia, aconselham a suspensão do prosseguimento do certame para verificação e, possivelmente, revisão do Ato Convocatório. Até porque permitir o prosseguimento da licitação neste contexto certamente trará prejuízos ao Erário!!!

#### **5. REQUERIMENTOS**

##### **5.1 DIANTE DO EXPOSTO, REQUER:**

- a) Seja recebida a presente impugnação, **A IMEDIATA SUSPENSÃO DO PROSSEGUIMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL EM TELA**, em razão da ameaça de



grave lesão erário e ao direito acima ressaltados, permanecendo paralisado até a decisão final dessa Administração em relação à presente representação; E,

- b) Seja apreciado o mérito da presente impugnação e, seja **alterada a especificação do tecido utilizado para a confecção das peças por composição de produtos comumente utilizados na fabricação de uniformes escolares**, inclusive já praticados anos anteriores; E,
- c) Seja **revisado o quantitativo** de todos os itens para que se tenha um cenário mais realista da real intenção de aquisição por parte do município; E,
- d) Seja **alterado o prazo de entrega de amostras e laudos para 20 (vinte) dias úteis**, tendo em vista o exposto quanto ao prazo exigido pelos laboratórios para elaboração dos ensaios; E,
- e) Seja **dilatado para 1 (um) ano o prazo de validade dos Laudos** exigidos pelo Edital.

5.2 Não sendo este o entendimento, seja o presente recurso encaminhado à instância superior como par ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e, para fins de análise e decisão, nos termos da legislação pertinente e do pedido aqui formulado.

Navegantes, 28 de agosto de 2023.

EDJANE MARA  
DOMINGOS  
CORREA:81664  
095934

Assinado de forma  
digital por EDJANE  
MARA DOMINGOS  
CORREA:81664095934  
Dados: 2023.08.28  
08:15:14 -03'00'

**Edjane Mara Domingos Corrêa**  
CPF 816.640959-34